Há pouco mais de oitenta anos, mediante o Decreto nº 6.473, de maio de 1934, surgiram as primeiras linhas do que viria a se tornar a atual Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário. Por meio daquele ato normativo, o então interventor federal no Estado de São Paulo, Dr. Armando Salles de Oliveira, previu ser atribuição da chamada Seção Judiciária da Diretoria de Terras e Colonização a promoção, em nome da Fazenda do Estado, dos processos de discriminação de terras públicas estaduais, para extremar a propriedade pública da particular. Tal Seção passou a ser denominada Procuradoria de Terras em 1935 e teve sua organização definida pelo Decreto nº 7.200, daquele ano, que ampliou suas atribuições para a representação da Fazenda do Estado, em juízo ou fora dele, em todos os assuntos relacionados ao seu patrimônio territorial.

Em 1939, a Procuradoria de Terras passou a se chamar Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado de São Paulo, com a previsão de extenso rol de competências, que incluíam tanto a representação judicial e extrajudicial do Estado em temas envolvendo seu patrimônio imobiliário, rios e águas de seu domínio, como também o cadastro, a inventariança e a tutela dos próprios estaduais e outros bens de seu patrimônio imobiliário.

Com a criação do Departamento Jurídico do Estado de São Paulo, por meio do Decreto-lei nº 17.330/1947, houve a unificação da Procuradoria Judicial, da Procuradoria Fiscal do Estado, da Procuradoria do Serviço Social (com a denominação de Procuradoria de Assistência Judiciária) e da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro de Estado, que, a partir de então, passou a ser simplesmente Procuradoria do Patrimônio Imobiliário – a “PPI”, como muitos a chamaram por anos.

A complexidade cada vez maior do mister atribuído à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, acrescida das naturais modificações da vida social, demonstrou na prática a necessidade de aprimoramento de sua organização interna, e, com a Lei nº 6.772/1962, a unidade passou a contar com três subprocuradorias, às quais competiam, em suma, a tutela ampla do patrimônio público do Estado, em juízo e fora dele, com exceção das desapropriações judiciais e amigáveis, que eram acompanhadas pela Procuradoria Administrativa.

Essa estrutura da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário manteve-se bastante semelhante nas reorganizações efetuadas em 1967 e por ocasião do advento da primeira lei orgânica da instituição, em 1974, valendo mencionar que ambos os diplomas normativos já trabalhavam com a denominação Procuradoria Geral

do Estado, cujo status constitucional foi reconhecido pela Constituição Bandeirante de 1967.

Somente com a disciplina da lei orgânica da carreira instituída pela Lei Complementar nº 478/1986 é que houve sensíveis modificações na organização da então PPI, alterações estas que refletiram na busca por melhor racionalização e otimização de suas tarefas a fim de garantir mais eficiência à tutela ao patrimônio imobiliário estadual. Assim sendo, a Divisão de Engenharia passou a se denominar Centro de Engenharia e Cadastro Imobiliário, cujas atribuições, posteriormente, foram parcialmente transferidas ao Conselho do Patrimônio Imobiliário. Houve, também, a previsão legal da Procuradoria de Assuntos Fundiários, que, posteriormente, passou a se intitular Coordenadoria de Assuntos Fundiários (Res. PGE 43/2010) e, mais recentemente, Assistência de Gestão de Imóveis, exercendo papel fundamental e indispensável na execução da política e regularização imobiliária do Estado.

Ao lado do patrimônio imobiliário, mostrou-se igualmente necessária a viabilização de instrumentos para garantir melhor efetividade à defesa e à tutela do meio ambiente, em juízo e fora dele. Em 2001, por meio da Lei Complementar nº 900, foi criada a Procuradoria de Defesa do Meio Ambiente, cuja estrutura e implementação prática foram executadas mediante a reestruturação da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, ocorrida em 2002, pelo Decreto Estadual nº 47.011, que previu o funcionamento de duas subprocuradorias – uma, responsável pelo acompanhamento de causas com repercussão ambiental, e outra, daquelas com interesse imobiliário –, além de ratificar a atribuição da unidade de acompanhar as desapropriações judiciais e amigáveis.

Trata-se de disciplina mantida até os dias de hoje na unidade e consolidada pela Lei Complementar nº 1.270/2015, que instituiu a nova lei orgânica da Procuradoria Geral do Estado, cujo artigo 32 traz as atribuições da agora chamada Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário, a “PCAI”.

A relevância do trabalho realizado dia a dia pela PCAI é reflexo de sua história, que caminha junto com a formação de nossa estimada PGE, e é comprovada na prática pelos resultados jurídicos alcançados, como no emblemático caso apresentado neste Boletim, envolvendo reintegração de posse de área do conhecido Parque Estadual “Chácara da Baronesa”, localizado no limite entre os municípios de Santo André e São Bernardo do Campo.

Em trabalho irretocável, a i. colega Dra. Julia Cara Giovannetti reuniu em uma só peça conhecimento integral das matérias afetas à unidade (de ambas as subprocuradorias), abordando o esbulho existente, a função desempenhada pelo Parque Estadual na preservação de espécies nativas da Mata Atlântica e, enfim, postulando o provimento de agravo de instrumento a fim de determinar a reintegração do Estado de São Paulo na posse do imóvel.

A alta qualidade técnica dos trabalhos desenvolvidos pela PGE também está representada na outra peça processual e no parecer da Procuradoria Administrativa, que colorem a atual edição do Boletim.

Dr. Paulo Roberto Fernandes de Andrade enfrentou com maestria tema bastante presente no cotidiano daqueles que lidam com ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Estadual e que envolve a recorrente postura do Poder Judiciário em determinar à Fazenda do Estado de São Paulo o pagamento de honorários nesses processos, nos quais nem sequer figura como parte processual, em verdadeira afronta à legalidade e autonomia orçamentárias e à litigiosidade responsável estatuída pelo Novo Código de Processo Civil. Com efeito, não são raras as ordens judiciais determinando o adiantamento de honorários periciais nas ações civis públicas ajuizadas pelo Parquet.

No caso em questão, o i. colega da d. Procuradoria Regional de Santos deparou-se com a condenação do Estado de São Paulo a arcar com o pagamento de honorários sucumbenciais em embargos de terceiro opostos por particulares em face do Ministério Público Estadual, no bojo de ação civil pública em que houve a constrição de imóvel daqueles.

O Parecer PA nº 12/2017, da lavra da i. colega Dra. Suzana Soo Sun Lee, aborda, por seu turno, interessante e inusitada conjuntura envolvendo a impossibilidade de desistência ou alteração do pedido de aposentadoria voluntária nos casos em que o servidor, após noventa dias decorridos da apresentação desse pedido, cessa o exercício da função pública. Um primoroso estudo que confere a correta interpretação às regras de aposentação aplicáveis aos servidores públicos, como forma de assegurar a segurança jurídica necessária em tema tão caro à vida dos cidadãos, e que não poderia ser mais atual diante das discussões circundando a reforma previdenciária que se avizinha.

A atualidade e a importância das publicações do Centro de Estudos da PGE transparecem no conteúdo veiculado em seus periódicos, que abordam assuntos de elevada estima à instituição e à comunidade jurídica. Esses predicados, como se vê, são reafirmados nesta edição do Boletim, a qual contempla trabalhos de alta relevância jurídica e prática, e cujo editorial tenho a honra e a satisfação de subscrever.

Boa leitura!

CAMILA KÜHL PINTARELLI

Procuradora do Estado Chefe
Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário